

# VIDA, HISTÓRIA E NEGÓCIOS DOS MERCADORES ITALIANOS NO PORTUGAL DOS FILIPES

NUNZIATELLA ALESSANDRINI

Centro de História de Além-Mar (CHAM – FCSH-UNL, UAç)

Bolseira de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência

## RESUMO

Os estudos que se debruçaram sobre as comunidades de estrangeiros residentes em Lisboa nos séculos xv e primeira metade do século xvi revelaram-se imprescindíveis para a percepção da multifacetada realidade portuguesa da época, evidenciando importantes redes comerciais e pessoais. A falta deste tipo de trabalhos sobre os anos da monarquia dual (1580-1640) é extremamente prejudicial para uma avaliação global deste período da história portuguesa. Falecidos os grandes protagonistas italianos da cena económica da primeira metade de Quinhentos, Marchionni, Sernigi, Affaitati, Giraldi, entre outros, o silêncio sobre a presença italiana em Lisboa, com exceção de estudos parcelares, é significativo.

Com o presente contributo, longe de ser exaustivo, pretende-se reconstruir a actividade de uma comunidade que nos sessenta anos da dominação filipina continua a ocupar um lugar importante nos negócios com a coroa portuguesa.

A década de 80 de Quinhentos, profundamente marcante para Portugal do ponto de vista político, apresenta-se também como charneira para uma diferente dinâmica comercial. Os últimos baluartes da fortuna florentina falecem em 1588 e outros mercadores, na maioria milaneses e genoveses, aproveitam as novas condições políticas e económicas para entrarem nos rentáveis comércio da coroa.

## Introdução

Ao falarmos do Reino de Portugal na Monarquia Dual não podemos prescindir de integrar o contributo das comunidades estrangeiras que residiam e trabalhavam ao lado dos mercadores portugueses. Entre tais estrangeiros, contava-se um número assaz significativo de italianos provenientes

de diferentes regiões que, esquecidas ou, pelo menos, postas de parte as divergências derivadas das lutas intestinas que afligiam as cidades italianas, constituíram em Lisboa uma compacta e rica comunidade de dinâmico empreendedorismo. Desde o século XII, de facto, que nos deparamos com vários momentos da chegada de italianos ao território português, fluxo que se mantém ao longo dos sucessivos séculos, alcançando o seu auge no século XVI.

Vários estudos intentaram revelar o papel dos italianos nas descobertas portuguesas, e, apesar da historiografia portuguesa e estrangeira reconhecer o papel extremamente relevante da participação italiana, quer a nível humano, quer a nível de investimento de capitais, na realização do ‘milagre’ económico dos novos comércios, permanecem, no entanto, falhas que se tornam particularmente profundas principalmente a partir da segunda metade de Quinhentos, validando-se a afirmação do historiador C. Verlinden o qual avaliava que “(...) le rôle des marchands Italiens au Portugal n’occupe la place qui lui revient ni dans l’histoire du commerce italien, ni dans celle de l’économie portugaise (...)”<sup>1</sup>.

Apesar do renovado interesse por parte de estudiosos portugueses assim como da comunidade académica internacional sobre o período em que o destino de Portugal se uniu ao de Espanha, poucos e apenas parcelares são, no entanto, os contributos sobre este grupo de estrangeiros. Assim, falecidos os grandes protagonistas italianos da primeira metade do século XVI, pouco ou quase nada se sabe quer da actividade dos seus descendentes quer de outros italianos que entretanto se tinham mudado para a capital portuguesa.

Retomar o rasto deixado pelos mercadores italianos que viveram a realidade de Portugal sob dominação castelhana, reconstruir a vida e a actividade deste colectivo na recém-nascida Monarquia, detectar se e de que maneira este novo espaço político constituiu um leque de oportunidades para este grupo de estrangeiros, serão linhas de análise destas páginas.

### **Breves antecedentes da presença italiana em Lisboa**

A abertura do caminho marítimo para a Índia, no findar do século XV, e a organização duma Carreira que uma vez por ano ligava o porto de Lisboa ao longínquo Oriente, impulsionaram o comércio e reforçaram a vinda de estrangeiros desejosos de participar nos lucros.

Nessa altura, a cidade de Lisboa, como assinala António Borges Coelho, torna-se no lugar das oportunidades, assumindo para todos uma grande importância, “Para o rei, a cidade era a sede dos seus palácios, da Casa da Índia com os seus armazéns e a sua riqueza (...). Para os mercadores, valia tanto que, posto o Reino de um lado e Lisboa do outro, a balança penderia

---

<sup>1</sup> Charles VERLINDEN, “La colonie italienne de Lisbonne et le développement de l’économie métropolitain et colonial portugaise”, *Studi in onore di Armando Sapori*, Firenze, 1956, vol. I, p. 624.

para o segundo prato da balança. Para muitos cristãos-novos, Lisboa figurava como a Babilónia do cativo espiritual mas cujas riquezas faziam esquecer a lembrança de Sião. Para muitos pobres, era o paraíso das ilusões perdidas. Para os escravos, a terra estranha da pena, do ferro e também de uma vida nova. Para alguns políticos do tempo filipino, Lisboa tinha um destino: ser a capital natural dos Estados ibéricos pela posição geográfica, pelas riquezas naturais, por deter a chave dos oceanos<sup>2</sup>. Estas linhas bem sintetizam a aceleração do desenvolvimento da capital portuguesa no século XVI, mostrando como até as classes menos privilegiadas e as minorias encontravam nas riquezas e no esplendor de Lisboa o reverso positivo das suas misérias.

Protagonistas e também actores deste crescimento, os italianos destacaram-se entre os grupos de estrangeiros que pululavam na cidade ribeirinha e que se encontravam organizados à volta de importantes casas comerciais, a maioria delas florentinas, cuja opulência garantia à coroa portuguesa um forte apoio financeiro. Tornara-se difícil, de facto, para a coroa portuguesa, aguentar os pesados custos inerentes às expedições anuais para a Índia assim como disponibilizar somas avultadas para a compra das mercadorias orientais. Para além disso, devia-se ter em conta que o dinheiro ficava imobilizado durante o tempo correspondente à duração da viagem de ida e volta dos navios, só circulando na praça após muitos meses. Por isso, no lapso do tempo entre a partida e a torna viagem da armada, a falta de dinheiro constrangia o recurso aos empréstimos. Assim, devido à falta de liquidez, o rei D. Manuel não estava em condições de desdenhar as ajudas substanciais que os mercadores florentinos, bem abastecidos e com uma reconhecida e estimada actividade de banqueiros, podiam oferecer para a boa andança do recém-nascido comércio ultramarino.

No entanto, embora o monarca português tivesse tentado definir algumas linhas gerais para garantir um equilíbrio do novo regime mercantil, instituindo, entre outras medidas, a obrigação da autorização régia para participar no tráfico das especiarias, os primeiros cinco anos, desde 1499 até 1504, foram algo desregrados e vividos com crescente preocupação por parte do rei que estava consciente da necessidade de introduzir normas reguladoras<sup>3</sup>. A ausência de qualquer tipo de restrição e a inexistência dum tabelamento dos preços criaram uma grave instabilidade. O facto de ser permitido a qualquer um vender a sua mercadoria ao preço que achasse melhor, causara uma preocupante oscilação nas vendas, provocando enormes prejuízos pelo receio dos compradores em se abastecerem com grandes quantidades de mercadoria. Um novo regime comercial começou a tomar forma a partir de 1504, visando promover a segurança entre os mercadores,

---

<sup>2</sup> António Borges COELHO, *Quadros para uma viagem a Portugal*, Lisboa, Caminho, 1986, pp. 299-300.

<sup>3</sup> Cf., Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, Lisboa, Editorial Presença, 2.<sup>a</sup> ed., s.d., vol. III, p. 58.

afugentando o receio da incerteza provocada pelos preços extremamente flutuantes. As medidas introduzidas não foram, no entanto, suficientes para incrementar uma rápida compra de produtos, pois ainda não tinha passado muito tempo desde que "(...) in Alemagna, Fiandra, e in altri luoghi dove si vendono le spezie e si consumano, sono falliti molti mercadanti dei piú grossi, solo per la instabilità del prezzo che hanno tenuto i Portoghesi fino al 1504 (...)”<sup>4</sup>.

Nestas primeiras décadas de Quinhentos famílias italianas e mercadores particulares entram no negócio do comércio ultramarino, os Marchionni, Sernigi, Giraldi, Affaitati, Salvago, apenas para citar as famílias mais influentes e conhecidas, enriquecem e criam descendência no Reino de Portugal ligando-se com membros da nobreza portuguesa. Sensivelmente até meados dos anos Sessenta de Quinhentos, isto é, até à morte de Luca Giraldi em 1565, os mercadores italianos em Lisboa são nomes conhecidos, descendentes do “antigo” grupo de mercadores que encontraram na capital portuguesa a sorte grande no início do século. Os irmãos Affaitati, Cosme e Agostinho (embora apenas Agostinho fique no ramo comercial); os irmãos Giraldi, Luca e Nicoló; Jacome de’ Bardi da antiga casa dos de’ Bardi, em Portugal desde o século XIV; Antonio Calvo, genovês, descendente dos Calvo comerciantes de açúcar, são alguns nomes ilustres, entre outros. Estes, apesar da grave crise económica que estava a abalar o reino de Portugal, mantinham uma posição de relevo nos maiores negócios: comércio das especiarias, arrendamento das naus e da alfândega, finanças, tornando-se também importantes operadores no negócio que estava a mexer os primeiros passos e que dali a pouco iria suplantar o comércio das drogas orientais: o açúcar do Brasil. Devemos recordar, para sublinhar as qualidades empreendedoras destes mercadores assim como a sua capacidade de reconhecer os bons negócios, que Luca Giraldi, juntamente com Jorge de Figueiredo Correia, Mem de Sá e Fernão Alvarez, antevê a importância do comércio brasileiro, apetrechando, em 1550, pelo menos três engenhos em torno da vila de S. Jorge dos Ilhéus, e comprando, em 1561, a capitania dos Ilhéus pela quantia de 4.825 cruzados, a Jerónimo de Alarcão de Figueiredo<sup>5</sup>.

## **De Espanha para Portugal: os contratos italianos do último quartel de Quinhentos**

Na década de 70 de Quinhentos, uma série de conjunturas externas e internas ao reino de Portugal focalizou a atenção dos operadores económicos sobre a praça de Lisboa. A bancarrota espanhola de 1575, a “diás-

---

<sup>4</sup> Eugenio ALBÉRI, *Le Relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato durante il secolo decimosesto*, Firenze, tomo XV, 1863, p. 14.

<sup>5</sup> Virgínia RAU, “Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi”, *Estudos Italianos em Portugal*, 24 (1965), pp. 13 e 15.

pora” de mercadores de Antuérpia, a dificuldade em que a praça de Veneza se encontrava relativamente ao abastecimento das especiarias, contribuíram para tornar a capital portuguesa apetecível do ponto de vista económico e comercial. Se a estas componentes externas associamos a particular situação interna de Portugal, eis pintado o quadro em que se insere a vinda de mais estrangeiros, nomeadamente italianos, para Lisboa onde, no último quartel de Quinhentos, conseguem ter nas suas mãos os contratos mais rentáveis e que se vão integrar com os que já lá viviam há longos anos. Assim, quando Filipe II, em 1581, se torna efectivo rei de Portugal, a comunidade italiana em Lisboa estava composta por famílias cuja tipologia permite distinguir três grupos. Um primeiro grupo constituído pelos descendentes das ricas famílias, predominantemente florentinas mas não só, que alcançaram um sucesso importante nas primeiras décadas de Quinhentos. Estes italianos tinham-se, frequentemente, radicado, através do casamento, com famílias da nobreza portuguesa ou, noutros casos, tinham seguido caminhos diferentes: percurso eclesiástico ou carreira militar nas possessões ultramarinas. Havia um segundo grupo formado por italianos que na década de 70 de Quinhentos se tinha deslocado até Lisboa para usufruir das benesses comerciais outorgadas por D. Sebastião. Finalmente, existia um terceiro grupo formado principalmente por genoveses, que, ao contrário dos potentes banqueiros genoveses da corte espanhola, não pertenciam a qualquer “albergo”, feitas algumas excepções, mas que, passadas algumas décadas, irão tornar-se importantes actores da economia portuguesa. Debruçar-me-ei, nestas páginas, principalmente sobre o segundo e o terceiro grupo, tendo em conta que a actividade comercial das famílias que fizeram fortuna nas primeiras décadas de Quinhentos se vai diluindo a pouco a pouco, ocupando os seus descendentes outros lugares no âmbito da sociedade portuguesa.

Para percebermos o ambiente económico que Filipe II de Castela encontra uma vez ocupado o Reino de Portugal, devemos recuar até à década de Setenta do século XVI quando D. Sebastião, ao promulgar o Regimento sobre o comércio do Oriente a 1 de Março de 1570 visava “largar o trato da pimenta, e mais especiarias, e mercadorias, que houver nas partes da Índia, a meus vassallos (...)”<sup>6</sup>. Através do Regimento, D. Sebastião vai outorgar liberdade de importação de todas as espécies de mercadorias orientais, legitimando, por um lado, as inúmeras infracções que constantemente ocorriam e, por outro, mantendo algumas restrições entre as quais salienta-se a proibição de revenda das mercadorias. As especiarias, pimenta inclusive, podiam ser adquiridas livremente pelos mercadores mas, uma vez carregadas, deviam ser dirigidas ao reino de Portugal onde deviam dar entrada na Casa da Índia. Isto é, era proibida a distribuição, e esta limitação foi, provavelmente, o motivo principal para que o Regimento não alcançasse os

---

<sup>6</sup> António da Silva REGO, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, vol. IX, 1996, p. 49.

objectivos previstos. Uma vez nos armazéns da Casa da Índia, as especiarias precisavam de ser distribuídas pela Europa de modo a abastecer os cofres da coroa que, em Dezembro de 1576, somavam 200.000 cruzados<sup>7</sup>. O rei encontra-se, portanto, na condição de introduzir modificações ao Regimento para tornar o comércio das especiarias ainda mais apelativo, alargando os benefícios também à distribuição.

Um dia antes da sua partida para Guadalupe ao encontro de Filipe II de Castela – o objectivo era discutir do próprio casamento mas, sobretudo, organizar a campanha de África – D. Sebastião tinha entregue ao genovês Stefano Lercaro, vindo de Espanha em 1576 onde tinha sido *asientista* do rei espanhol de quem era credor de 400.000 rs., o contrato da alfândega e ao florentino Jacome de' Bardi o contrato da Mina, sendo que, este último entrava com metade também no contrato da alfândega. Tratava-se de negócios extremamente remunerativos, sobretudo o da Mina “se entiendo ser negocio principal”<sup>8</sup> ao valer o dobro do das alfândegas. Stefano Lercaro, quando ainda se encontrava em Espanha, mantinha relações de negócios com o mercador genovês, residente em Lisboa, Antonio Calvo, cujo falecimento ocorreu em 1576. Mercador introduzido no comércio das especiarias, Antonio Calvo<sup>9</sup> tinha o contrato das naus “(...) de cinco armadas e de quatro naos em cada huma com lhes dar à fazenda do Rej as primeiras duas armadas postas a vella E a sua custa (...)”<sup>10</sup>, e, no período entre 1571-1576, detinha o contrato de arrendamento da alfândega juntamente com Manuel Caldeira. A amizade com Antonio Calvo foi a razão para que o arrendamento da alfândega fosse entregue a Stefano Lercaro por 93 contos e meio de reis e decorresse até 1582. Já desde 1578 Stefano Lercaro estava a auferir grandes capitais tendo tomado também o contrato dos portos secos e, estavelmente morador na capital portuguesa, tinha comprado alguns bens de raiz<sup>11</sup>, desenvolvendo um percurso que não se expandiu apenas no espaço económico. A actividade diplomática foi também uma prerrogativa deste mercador que exerceu funções de pró-cônsul para a República de Génova, ocupando-se de assuntos delicados despachados com o rei de Portugal. Assuntos importantes relacionados com o controlo dos fluxos das informações e com o comércio do sal, ressaltam da correspondência de Stefano Lercaro com a República de Génova. O senado genovês por volta de 1582, envia um aviso a Lercaro para que este intervisse junto do rei de modo a que os navios genoveses enviados à ilha de Ibiza para se abastecer de sal não fossem embargados.

<sup>7</sup> José Gentil da SILVA, *Marchandises et Finances – Lettres de Lisbonne 1563-1578*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1961, p. 96. Carta de Fernando de Morales, Lisboa, 24 de Dezembro de 1576.

<sup>8</sup> Carta de Fernando de Morales, Lisboa, 15 de Janeiro 1576, *idem*, p. 100.

<sup>9</sup> Cf. Jean DENUCE, *Inventaire des Affaitadi Banquiers Italiens a Anvers de l'année 1568, Anvers-Paris*, 1934, pp. 201, 203, 208, 209.

<sup>10</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), *Pombalina*, 644, fl. 396.

<sup>11</sup> Arquivo Nossa Senhora de Loreto (ANSL), *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 8.

A resposta positiva do rei chegou com carta de 24 de Outubro de 1582 na qual o monarca mandava “que fuesen relaxadas las que estavan ymbargadas y quando acciesse outro embargo se me hiziese saber para mandarlo remediar”<sup>12</sup>. A influência de Stefano Lercaro na corte portuguesa torna-se evidente quando, em 1587, juntamente com o genovês Giulio Spinola, obteve autorização régia para abrir, na cidade de Lisboa, um banco de câmbio com a cláusula de que nenhum outro mercador podia abrir semelhante banco no prazo de 10 anos<sup>13</sup>. No entanto, podemos presumir que a sociedade entre os dois genoveses vigorasse pelo menos até a primeira década de 1600, como se depreende da correspondência com Cosme Ruiz em Madrid e em Valladolid. Em 1600, encontramos Stefano Lercaro e Giulio Spínola a oferecerem os seus serviços financeiros a Cosme Ruiz em Madrid, assegurando que “(...) siempre sea bien servido de nos”<sup>14</sup>. A 28 de Outubro de 1606, o veneziano Gio Maria Cornari, residente em Lisboa onde tinha constituído uma companhia comercial, faz referência a uma letra de câmbio remetida a Lercaro e a Spínola<sup>15</sup>. Outro membro da família Lercaro, Sebastião, recebeu, em 1587, privilégios do rei de Portugal, sendo testemunhas os cavaleiros fidalgos André Soares<sup>16</sup> e Francisco da Cunha, juntamente com Ambrosio Cantello. Estamos a falar de mercadores banqueiros, Stefano Lercaro e Giulio Spínola, bem conhecidos na corte madrilena, que vieram para a capital portuguesa alargar os seus investimentos aproveitando o seu relacionamento com Filipe II de Espanha.

Aos contratos da alfândega, da Mina e dos portos secos, se vai juntar nas mãos de italianos o contrato da pimenta que foi entregue, partir de 1575, ao consórcio constituído pelo alemão Konrad Rott e os irmãos Litta, Giovanni Battista e Agostino, milaneses. Estes transferiram a sua actividade para Lisboa onde se especializaram no comércio das especiarias da Índia, numa altura em que a praça de Veneza que abastecia Milão estava numa posição de extrema fraqueza. Assim, a pimenta que chegava de Lisboa ao porto de Livorno substituíra aquela que anteriormente era distribuída por Veneza. O pagamento da mercadoria era efectuado através de letras de câmbio sobre Alberto Litta, residente em Milão e correspondente do primo Giovanni Battista Litta em Lisboa. A pimenta enviada por Giovanni Battista Litta provinha de um pagamento em mercadoria para a liquidação de um empréstimo que Gerolamo Litta, o pai, tinha efectuado ao rei português D. João III.

<sup>12</sup> Archivio di Stato di Genova (ASG), *Archivio Segreto*, 2659.

<sup>13</sup> Cf. Julieta Teixeira Marques de OLIVEIRA, *Fontes Documentais de Veneza Referentes a Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, p. 544. Carta do embaixador Lippomanno ao Senado de Veneza de 26 de Agosto de 1587.

<sup>14</sup> J. Gentil da SILVA, *Stratégie des Affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607 – Lettres Marchandes*, Paris, Librairie Armand Colin, 1956, p. 364.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 374.

<sup>16</sup> Trata-se, provavelmente, do mesmo André Soares que teve o contrato do pau-brasil por 13 contos e 600.000 rs. que acabava em 1592. Cf. BNL, *Fundo Geral*, cód. 637, fl. 15v.

Esta nova maneira de abastecimento da pimenta era consequência da guerra da Sereníssima contra o turco que tinha profundamente abalado o comércio das especiarias do Levante, causando danos na praça de Veneza que ficava desprovida de mercadoria. Os mercadores que costumavam abastecer-se na praça de Veneza começaram a socorrerem-se da praça de Lisboa onde o cônsul da nação veneziana, Giovanni dall'Olmo, tinha apresentado uma petição à fazenda Real, em 1577, propondo privilégios para os navios venezianos que, assim, podiam aproveitar do porto de Lisboa para descarregar as suas mercadorias.

Foi nesta mesma altura, em 1577, que o mercador milanês Giovan Battista Rovellasca chega a Lisboa juntamente com Febo Roque, também milanês, no intuito de "(...) negociar com Jacome de' Bardi (...) "<sup>17</sup> e tomar em seu nome uma dívida de 15 contos que o rei tinha com os Litta. Na capital portuguesa instala-se na Freguesia da Sé<sup>18</sup>, onde tinham habitado os grandes mercadores João Francisco Affaitati e Luca Giraldi e onde morava o florentino Jacome de' Bardi<sup>19</sup>. Giovan Battista Rovellasca entra no contrato da pimenta com Konrad Rott e, juntamente com Giovan Battista Litta e Jacome de' Bardi, possuía 3.5 quotas num total de 12. O maior accionista era Konrad Rott com 5 partes, sendo que António Fernandes d'Elvas, Thomas Ximenes de Aragão e Luís Gomes d'Elvas fruía do restante 3.5<sup>20</sup>. As condições do contrato obrigavam os contratadores a enviar todos os anos para a Índia o dinheiro para a compra de trinta mil quintais de pimenta, dos quais 15 mil podiam ser por eles vendidos a quem quisessem. Os restantes quinze mil pertenciam ao rei que os vendia aos contratadores pela quantia de 32 cruzados cada quintal. Após a tragédia de Alcácer Quibir, o contrato foi suspenso durante uns tempos, voltando de novo vigorar a partir de 1579 até 1584. Escreve o rei a 26 de Março de 1585 a Dom Duarte de Meneses, vice-rei na Índia, a propósito do precedente contrato "(...) comesarão ho anno de blxxx e acabarão por vimda das nãoos que vierão ho anno passado de blxxxiii)"<sup>21</sup>. Através da *Informazione* de Giovanni dall'Olmo sabemos que

---

<sup>17</sup> Carta de Fernando de Morales de 11 de Fevereiro de 1577, in J. Gentil da SILVA, *Marchandises et Finances...* cit., pp. 105-106.

<sup>18</sup> Cf. Edgar PRESTAGE e Pedro d'AZEVEDO, *Registo da Freguesia da Sé desde 1563 até 1610*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, vol. I, p. 460.

<sup>19</sup> A Freguesia da Sé, juntamente com as freguesias da Madalena, São Julião, São Nicolau e Santa Justa, Mártires, Santa Caterina, Santo Estêvão e Loreto, era habitada, segundo informa A. Borges Coelho, por homens e mulheres mais abastados. Cf. *Quadros...* cit., 1986, pp. 92 e ss.

<sup>20</sup> James C. BOYAJIAN, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore and London, The John Hopkins University Press, 1993, p. 20 e n. 2, p. 265. A 5 de Outubro de 1578 escreve Fernando Morales: "(...) Juan Bautista Rebelasco, mi amigo, a tomado la quarta parte deste contrato aunque esta secreto y tiene mucho contento de averlo tomado y quisiera la mitad y tuvo tiempo para tomarlo todo, com muy mayor comodidad y bien pudiera yo tener una partezilla se yo quisiera, o el sr. Simon Ruiz me lo mandara", in J. Gentil da SILVA, *Merchandises et Finances...* cit., p. 188.

<sup>21</sup> *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 3, 1861, p. 52.



a exploração dos contratos vigorava a partir do mês de Janeiro do ano imediatamente seguinte à celebração do contrato. Por isso, o contrato celebrado por Rovellasca com o rei D. Henrique a 7 de Outubro 1578, só entrava em vigor em Janeiro 1579<sup>22</sup>.

Não eram apenas milaneses e genoveses a quererem inserir-se nos negócios portugueses aproveitando a conjuntura de necessidade de liquidez do rei D. Sebastião. Na primavera de 1576, o grão-duque de Toscana, Francesco I, tenta entrar no comércio das especiarias da Península Ibérica, nos negócios de Espanha e Portugal, para “(...) tenere la scala di Livorno come piú comoda d’ogni altra”<sup>23</sup>, de modo a que o porto de Livorno, comprado aos genoveses em 1421 por 100.000 ducados, se tornasse num empório. Para concretizar o seu desenho, Francesco I planeava estabelecer acordos com os monarcas destes reinos. Nesse ano o grão-duque envia o seu agente Antonio Vecchietti para Lisboa no intuito de encetar negociações com o rei de Portugal. Muito cuidadoso, Vecchietti, aquando da sua chegada a Madrid, a 30 de Março de 1576, apresenta-se, juntamente com o embaixador florentino residente na capital madrilenha, Landino, e o secretário Liverotto, ao embaixador português sediado naquela cidade. Os enviados do grão-duque, bem acolhidos pelo embaixador português, são informados que D. Sebastião já tinha concluído com os alemães um contrato de quatro anos. Vecchietti é aconselhado a se deslocar o mais rapidamente possível a Lisboa, visto o rei querer começar a “(...) pratica com V. A. Serenissima e con i suoi fiorini”<sup>24</sup>. Chegado a Lisboa a 9 de Abril de 1576, Vecchietti contacta de imediato Jacome de’ Bardi a quem mostra a carta do grão-duque relativa à possibilidade da celebração do contrato das especiarias com as indicações das condições sobre quantidades e preços. A experiência de Jacome de’ Bardi nos negócios portugueses já vinha de longa data, reconhecendo de imediato a dificuldade em concluir o negócio considerando que o rei precisava de dinheiro líquido e, apesar de também precisar de trigo, preferia “(...) danari contanti piú che in altre mercantie”<sup>25</sup>. Por isso, o acordo teria sido mais simples se o grão-duque tivesse disponibilizado algum numerário que pudesse ser logo investido, porque “(...) al presente non ciè danari”<sup>26</sup>.

Apesar de não ter conseguido o contrato, o grão-duque estava satisfeito pelo andamento dos negócios visto que o movimento comercial que vinha sendo registado no porto de Livorno era razoável. De facto, em Setembro

---

<sup>22</sup> Cf. *Informazione di Giovanni dall’Olmo console veneto in Lisbona sul commercio dei veneziani in Portogallo e sui mezzi più adatti a ristorarlo*, 18 Maggio 1584, p. 26.

<sup>23</sup> Archivio di Stato di Firenze (ASF), *Mediceo del Principato*, ms. 689, fl. 8. Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque de Toscana, Lisboa, 10 de Setembro de 1576.

<sup>24</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 683, Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque de Toscana, Madrid, 30 de Março de 1576.

<sup>25</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 684, Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque. Lisboa, 9 de Abril de 1576.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*.

de 1576 duas cartas, uma de Vecchietti e outra de Jacome de' Bardi dão conta da partida, em finais de Agosto, de 1500 cântaras de pimenta na nau Fantona e do apresto de um carregamento de 2500 cântaras na nau Bellina Rauega<sup>27</sup>. Além das especiarias a firma Bardi-Giraldi tinha prometido conseguir diamantes não trabalhados, vindos nas naus da Índia, que o grão-duque encomendara<sup>28</sup>. Através da correspondência entre o grão-duque de Toscana e os seus agentes em Lisboa depreende-se que teria sido possível enviar uma maior quantidade de especiarias, principalmente a pimenta, caso o grão-duque disponibilizasse as suas galés para as carregar<sup>29</sup>. Atente-se no que é referido na carta de Jacome de' Bardi enviada de Lisboa ao grão-duque de Toscana a 23 de Setembro de 1576. "(...) davvero gli restiamo tutti e contrattanti in perpetuo obrigo come quelli che facciamo molto capitale del favor suo, et per dar materia che V.A. usi dela sua solita magnanimita habbiamo comiciato a navicar alcuni pepi al porto di Livorno et siamo per farlo grossamente se S.A. ne fará gratia di mandarci le sue galeaze com brevitá come crediamo sia seguito dipoi che V.A. habbi inteso le partite che si van mandando (...)”.

Integrado Portugal na monarquia espanhola, Filipe II de Espanha não intervém, no entanto, nos contratos já assinados visto que em 1581, na nau S. Pedro, os contratadores da pimenta, entre os quais Giovan Battista Rovellasca, continuam a enviar o *cabedal* previsto pelo anterior contrato para a compra da pimenta<sup>30</sup>. Após a declaração de falência de Konrad Rott em 1582, Filipe II deixou que o mercador milanês incorporasse as 5 quotas do mercador alemão<sup>31</sup>. Rovellasca obrigava-se assim a pagar "(...) 250.000 cruzados em três pagamentos a saber 83.333 y un terzo al final del año 1584, 83.333 y un terzo al final del año del 1585 y 83.333 y un terzo al final del 1586"<sup>32</sup>. O mercador milanês, que de 1582 até 1588 tinha empregado como feitor na Índia o mercador florentino Filippo Sassetti, estava envolvido, para além do contrato das especiarias, no negócio da alfândega arrendada em 1582 por 262.000 escudos, no contrato dos escravos onde, em 1584, tinha investido 4 contos e 400.000 rs.<sup>33</sup> e no comércio do açúcar de São Tomé, cuja produção, nas últimas décadas do século XVI, não era certamente de

<sup>27</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 689, fl. 8, Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque. Lisboa, 10 de Setembro 1576.

<sup>28</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 689, fl. 89, Carta ao grão-duque enviada de Florença pelo seu feitor a 26 de Setembro de 1576.

<sup>29</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 689, fl. 3.

<sup>30</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Relação das nãos e galeões que forão em direitura para Malaca*, ms. n. 143.

<sup>31</sup> AHU, *Índia*, caixa 323.

<sup>32</sup> Cf. Giuseppe de LUCA, *Commercio del denaro e crescita economica a Milano tra Cinquecento e Seicento*, Milano, Il Polifilo, 1996, p. 94, n. 3.

<sup>33</sup> BNL, *Fundo Geral*, cód. 637, fl. 15.

menosprezar<sup>34</sup>. Feitor de Sua Magestade na ilha de São Tomé nos anos de 1589 até 1592 foi o veneziano Gaspar Cadena, rico mercador estabelecido na capital portuguesa, freguesia do Loreto, onde casou em Lisboa com Ângela Margarida Villa Sante da casa nobre de Espinosa de los Monteros de quem teve cinco filhos que serviram todos nas conquistas de Portugal e nas Índias. O sogro de Gaspar Cadena, Pero Milanês era também italiano e tinha uma loja no Arco dos Barretes na freguesia de Loreto.

O envolvimento de Giovan Battista Rovellasca nos negócios portugueses era muito abrangente, ficando, no entanto, ainda disponível o contrato da Mina e Achem. Através do *Rendimento da casa da Índia, Mina, Brasil, Ilha de S. Thome, Cabo Verde, Angola* de 1588, sabe-se que a Mina "(...) ha dous anos não hee beneficiada né ate ora hee contratada(...)"<sup>35</sup>. O vazio deste contrato foi preenchido pelo irmão mais novo de Giovan Battista Rovellasca, Francesco Rovellasca, cuja data certa de chegada a Lisboa desconhecemos, mas que deve ter ocorrido por volta de 1586-87, visto que em 1585 ainda residia em Milão<sup>36</sup>. Em Abril de 1589 tinha contratado, por nove anos, o comércio das fortalezas da Mina e Achem com a concessão de "(...) hum mes pera poder gastar as mercadorias que tivesse nas ditas fortalezas"<sup>37</sup>. Giovan Battista Rovellasca manteve residência em Lisboa continuando, no entanto, a se relacionar com Espanha onde, nos últimos anos de Quinhentos, mantinha o comércio dos escravos.

A fortuna de Giovan Battista Rovellasca em Portugal decorreu principalmente de dois factores: o primeiro tinha a ver com o forte apoio financeiro de que gozava por parte dos comerciantes milaneses, entre os quais primava o sogro, Cesare Negrolo. O segundo factor relacionava-se com o fracasso do projecto de Filipe II. Desde que se apoderara do reino de Portugal e de todas as possessões que o constituíam, Filipe II tentou incentivar o comércio das especiarias, querendo atrair para a sua órbita a cidade de Veneza a quem queria entregar a distribuição da pimenta. Os objectivos eram múltiplos: estreitar laços de amizade com a Sereníssima, cuja reputação e experiência comercial eram bem conhecidas, mas, sobretudo, a estratégia visava tornar Lisboa na única sede de distribuição dos produtos orientais, em detrimento da rota do Levante.

---

<sup>34</sup> Recordamos que, em 1579, o rei D. Henrique, para continuar a construção da igreja de S. Sebastião que o seu sobrinho, o rei D. Sebastião, tinha mandado começar, doou anualmente um conto de reis "(...) no crecimento que ouue no direito dos açucars da Ilha de Santomé, que se paga na alfandega desta cidade de Lixboa". Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a Historia do Município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1887, vol. II, p. 366n.

Ainda, Filippo Sasseti escrevia em 1581 a Francesco Valori a propósito do açúcar de S. Tomé "(...) mercanzia sospettosissima e richiesta per tutto il mondo". Filippo SASSETTI, *Lettere da vari paesi* (org.), Vanni Bramanti, Milano, Longanesi, 1970, p. 285.

<sup>35</sup> BNL, *Fundo Geral*, cód. 637, fl. 16.

<sup>36</sup> Hermann KELLENBENZ, "I Borromeo e le grandi casate mercantili milanesi", *S. Carlo e il suo tempo - Atti del Convegno Internazionale nel IV Centenario della morte - Milano 21-26 Maggio 1984*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1986, p. 825.

<sup>37</sup> BNL, *Pombalina*, 644, fl. 18.

A atitude de Veneza, face à proposta do rei de Portugal, foi de extrema perplexidade, o que era perfeitamente compreensível se consideramos que a presença veneziana na península ibérica era, nesta altura, exígua, enquanto que viviam no Cairo, Alexandria e Damasco muitas famílias venezianas que enriqueciam com o comércio<sup>38</sup>. O Senado veneziano conduziu habilmente as negociações actuando uma estratégia que, simultaneamente, mantinha em pé o processo negocial sem, no entanto, dar resposta às solicitações propostas. Sabia, Veneza, que uma recusa ostensiva podia ofender Filipe II, e conduzir a consequências pesadas e nefastas. Era necessário, por isso, “(...) stancare l’interlocutore, sottoponendolo ad una attesa sempre piú pesante ed inconcludente, scoraggiandolo progressivamente, senza ricorrere a dinieghi ufficiali e categorici (...)”<sup>39</sup>, de modo a que o rei português fosse obrigado a escolher outra solução sem, no entanto, ter recebido qualquer recusa por parte de Veneza. E foi assim que o contrato definitivo foi, então, celebrado com Giovan Battista Rovellasca a 15 de Fevereiro de 1586 e em Abril associaram-se ao mesmo os Welser.

### **Negócios dos mercadores florentinos em Lisboa (1575-1620)**

Se, como acabámos de verificar, venezianos, milaneses e genoveses desenvolveram importantes actividades na sociedade portuguesa do último quartel de Quinhentos e souberam aproveitar a sua “familiaridade” com a corte madrilena, o grupo dos florentinos também soube usufruir da nova conjuntura política. Entre estes mercadores importa destacar alguns nomes que, no findar do século XVI e início do século XVII, alargam os seus negócios ao espaço ibérico.

Por quatro vezes provedor da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, Raffaele Fantoni, além de mercador conceituado, era recordado como “(...) amico de’ ministri apostolici”<sup>40</sup>. O nome deste mercador aparece com frequência nos relatórios de Giambattista Confalonieri que se tornou, ao serviço da cúria romana, especialista nas questões portuguesas. A primeira experiência de Confalonieri em Portugal remonta à última década de Quinhentos, tendo sido secretário do Colector geral Fabio Biondo nos anos de 1592-1596<sup>41</sup>. Uma vez regressado a Roma, devido aos seus conhecimentos

---

<sup>38</sup> Cf. J. Teixeira Marques de OLIVEIRA, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, p. 146.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>40</sup> Louis DEMOULIN, “Le Portugal, son économie et son trafic d’outre-mer vers 1600, vus par le Florentin Raffaele Fantoni”, *Bulletin de l’Institut Historique Belge de Rome*, Bruxelles-Rome, fascicule XLIV, 1974, p. 160.

<sup>41</sup> Cf., ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 28, encontramos uma referência a “Gio batta gonfalonero di Roma” que devia a 2 de Janeiro de 1619 a quantia de 57\$296 pagamento da taxa de ¼ por cento.

sobre a realidade portuguesa, foi-lhe pedido que redigisse relatórios sobre o estado de Portugal, no intuito de informar os colectores que partiam para Lisboa. No relatório que Confalonieri redige em 1598 para Monsenhor Decio Carafa, Colector em Lisboa, Raffaele Fantoni é mencionado, juntamente com o amigo, o também florentino Giulio Nessi, como mercador florentino contratado nas alfândegas de Castela. Em 1601 o nome de Raffaele Fantoni ainda aparece nas informações destinadas ao Colector Gaspare Paoluccio Albertoni como sendo “(...) buono amico, e huomo leale”<sup>42</sup>. Em 1614, na relação composta para o colector Ottavio Accoramboni, aparece mais uma vez o nome de Raffaele Fantoni na altura “(...) vecchio di età”<sup>43</sup>. Filho de Giovanni de Agostino Fantoni, Raffaele Fantoni provinha de uma família de nobres florentinos, tendo-se dedicado ao comércio com os seus irmãos. A presença dos Fantoni em Portugal é pouco documentada, mas remonta ao início do século XVI como se depreende de uma carta de Francesco Guicciardini enviada ao irmão, de Valladolid, a 17 de Junho de 1513. Guicciardini informa que, de Lisboa, tinha chegado a notícia, através de Iacopo Fantoni, da vinda, a 20 de Maio de 1513, de uma das naus enviadas a Malaca na expedição de 1510<sup>44</sup>.

Em Lisboa, Raffaele Fantoni tinha uma sociedade com Giulio Nessi com quem mantinha também laços de parentesco, tendo este último casado com Esperança de Cáceres, sogra de Raffaele Fantoni<sup>45</sup>. Este episódio, contudo, pelo facto de Nessi ter mantido secreto o casamento, foi a razão da discórdia que estalou entre os dois amigos que, temporariamente, “(...) e’ dovranno fornire di presente i negozi, si come l’amicizia”<sup>46</sup>. Raffaele Fantoni e Giulio Nessi, mantinham também ligações comerciais com o veneziano Luc’Antonio Giunti que enviava para Lisboa livros, artigos em vidro e ferro trabalhados, recebendo da capital portuguesa pimenta e açúcar do Brasil e S. Tomé<sup>47</sup>. Os navios utilizados pertenciam à família veneziana dos Stella, cujos membros também se encontravam em Lisboa e mantinham contactos comerciais com Giunti. Angelo Stella morava em S. Paulo desde 1574, e actuava, muito provavelmente, como agente in loco da sociedade constituída por Luc’Antonio Giunti e Marc’Antonio Stella em 1571<sup>48</sup>. Também era amigo

---

<sup>42</sup> L. DEMOULIN, “Le Portugal...” cit., p. 160.

<sup>43</sup> Idem, p. 160.

<sup>44</sup> Carta de Francesco Guicciardini ao irmão Luigi, Valladolid 17 de Junho 1513, in Marco SPALLANZANI, *Mercanti fiorentini nell’Asia Portoghese (1500-1525)*, Firenze, S.P.E.S., 1997, p. 106.

<sup>45</sup> ANSL, *Caixa IX*, doc. 4.

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*. No entanto, os problemas deviam ter sido ultrapassados porque em 1592, a 5 de Agosto, Raffaele Fantoni e a sogra Esperança de Cáceres foram padrinho do baptizado de Marta “(...) filha de Baltezar Roiz Santiago mercador e de sua molher Maria Natalia”. E. PRESTAGE e P. D’AZEVEDO, *Registo da Freguesia de Santa Cruz do Castello desde 1563 até 1628*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913, vol. I, p. 331.

<sup>47</sup> Cf. Alberto TENENTI, “Luc’antonio Giunti il giovane stampatore e mercante”, *Studi in Onore di Armando Saporì*, 1957, vol. II, pp. 1041-1043.

<sup>48</sup> Idem.

de Gaspar Cadena que, como já adiantámos, foi feitor em S. Tomé nos anos entre 1589-1592 e exerceu o cargo de provedor da Igreja do Loreto nos anos de 1605, 1609 e 1614<sup>49</sup>. Jerónimo Stella foi encarregado por Giunti de receber as mercadorias enviadas nos navios Stella e Vidala em 1594<sup>50</sup>. Parte da mercadoria dos navios Stella e Vidala era de propriedade de Alvise Vezzato que, assim, tentava pagar as dívidas que tinha contraído com o rei e com alguns particulares após a falência da sua actividade económica. Jerónimo Stella mantinha contactos com o embaixador veneziano em Madrid, Francesco Vendramini, informando-o sobre o andamento da situação financeira de Vezzato. Os navios teriam alcançado Cádiz para depois chegar a Lisboa, onde, porém, corriam o risco de perder toda a mercadoria embargada pelos ministros régios<sup>51</sup>. Jerónimo Stella, assim como Angelo, fazia parte da Confraria da Igreja do Loreto e foi provedor nos anos 1599 e 1600.

A actividade de Raffaele Fantoni estava também relacionada com o comércio e o movimento do porto de Livorno. De Lisboa eram enviadas caixas de açúcar ao irmão de Raffaele, Francesco Fantoni, sendo que outro irmão, Agostino, era capitão de um navio. A filha de Raffaele Fantoni, Lucrezia Fantoni, nascida da relação com Isabel de Lião natural da cidade de Lisboa casa, a 15 de Julho de 1626, com o florentino Jacome Tatti também residente em Lisboa<sup>52</sup>. A nau Fantona, propriedade da família Fantoni, era utilizada para o carregamento das mercadorias até ao porto de Livorno<sup>53</sup>, e, segundo informa Filippo Sassetti na cartas enviadas da Índia, Raffaele Fantoni e Giulio Nessi tinham-se disponibilizados para serem intermediários na entrega da mercadoria da Índia aos amigos florentinos<sup>54</sup>.

Em 1589, Raffaele Fantoni juntamente com Giulio Nessi<sup>55</sup> e Alvise Vezzato, veneziano, subscreveram, adiantando mais de 100.000 ducados, o contrato da pesca do atum no Algarve auferindo de condições deveras vantajosas, pelo que, como o próprio Alvise Vezzato informa "(...) fummo invidiati da tutta questa gente (...) "<sup>56</sup>. No entanto, nos seis anos da duração do contrato, os primeiros cinco foram "(...) li piú sterili che à ricordo

---

<sup>49</sup> ANSL, *Livro Mestre das receitas e Despesas*, *passim*.

<sup>50</sup> Cf. A. TENENTI, "Luc'Antonio..." cit., p. 1043.

<sup>51</sup> Cf. J. Teixeira Marques de OLIVEIRA, *Fontes Documentais...* cit., pp. 630-631.

<sup>52</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Arquivo Distrital de Lisboa*, Paróquia de Loreto, caixa 1.

<sup>53</sup> Cf. ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 2080.

<sup>54</sup> Cf. F. SASSETTI, *Lettere...* cit., pp. 316-317, 372.

<sup>55</sup> Na transcrição dos documentos relativos aos negócios dos três italianos envolvidos na pesca do atum, J. Teixeira Marques de Oliveira apresenta estes nomes: Raffaele Fantoni, Giulio Negri, Alvise Vezzato. Acreditamos que o nome Negri deva ser substituído por Nessi, sendo este o apelido do sócio de Raffaele Fantoni que encontramos noutros documentos. Cf. J. Teixeira Marques de OLIVEIRA, *Fontes Documentais...* cit., pp. 630-634.

<sup>56</sup> Carta de Alvise Vezzato ao embaixador veneziano em Madrid de 28 de Dezembro de 1593, in J. Teixeira Marques de OLIVEIRA, *Fontes Documentais...* cit., p. 631.

d'uomo sia mai seguito (...)”<sup>57</sup>, tendo havido uma perda de mais de 90.000 ducados. Teria sido possível evitar a falência se os navios que se esperavam das Índias, Brasil e S. Tomé, nos quais seguiam mercadorias suas, tivessem chegado ao porto de Lisboa, considerado que, como Alvise Vezzato informa, “(...) si aspettavano grossi capitali”<sup>58</sup>. No entanto, os corsários, “(...) questi maledetti ladri (...)”<sup>59</sup> arruinavam qualquer tipo de negócio. A falência desta sociedade ocorreu em 1593 com a perda da importante quantia de 150.000 ducados. Devemos também salientar que, na altura da ocupação da cidade de Lisboa em 1580, Alvise Vezzato tinha sofrido um saque na sua habitação. O Senado veneziano, informado pelo embaixador G. Francesco Morosini, desaprovava e mandava fazer “(...) ogni efficace officio con questo Ser.mo rè per il rifacimento delle robbe saccheggiate nella presa di Lisbona in casa di Alvise Vezzato (...) che non le pareva honesto, che essendo state rispettate le case dei propri portoghesi, una suoi venetiani sia stata a peggior conditione di loro (...)”<sup>60</sup>.

Na altura em que estava envolvido no contrato da pesca do atum, Alvise Vezzato exercia o cargo de cônsul dos venezianos em Lisboa, após o falecimento de Giovanni dall’Olmo, e procurava, através da intervenção do embaixador veneziano em Madrid, que lhe fosse concedido um salvo-conduto para as dívidas que tinha com o rei e com os particulares de modo a que pudesse tratar calmamente da questão do seu cargo diplomático, o consulado, que queria manter. O embaixador veneziano não tinha recebido qualquer ordem do Senado da Sereníssima relativamente ao cônsul sediado em Lisboa e, apesar de não se querer intrometer em questões alheias, pensava que o consulado “possa difficilmente esser piu essercitato da lui”<sup>61</sup>.

Outro mercador florentino activo em Lisboa neste final de século foi Carlo Velluti, nascido a 9 de Setembro de 1557, filho de Piero de Raffaello Velluti e primo de Filippo Sassetti por parte da mãe que era da casa dos Gondi<sup>62</sup>. Carlo Velluti casa em Madrid onde nasce o filho Piero, cavaleiro da Ordem de Santiago, que, em 1624, vai a Florença conhecer os familiares. Notícias sobre a origem nobre da família Velluti e do respeito que gozavam na corte dos Medici são-nos proporcionadas por documentos do Archivio di Stato di Firenze, e o próprio grão-duque Ferdinando I escrevia que entre os membros da família Velluti “sono usciti molti baroni insigni, e chiari nelle virtù, stimati e amati da noi, e da nostri serenissimi Predecessori”<sup>63</sup>.

<sup>57</sup> Idem, p. 631.

<sup>58</sup> Idem, p. 632.

<sup>59</sup> Idem, p. 632.

<sup>60</sup> Idem, p. 242.

<sup>61</sup> Idem, p. 634.

<sup>62</sup> “(...) Carlo Velluti mio cugino (...)”, escreve Filippo Sassetti a Baccio Valori de Cochim a 6 de Janeiro de 1587, in F. SASSETTI, *Lettere...* cit., pp. 536-537.

<sup>63</sup> ASF, *Carte Dei*, Ms.416, filza 51, n. 8. Carta de 18 de Junho de 1604 enviada de Florença pelo grão-duque Ferdinando I ao rei de Portugal.

Os últimos anos de Quinhentos foram problemáticos para a monarquia hispânica e é nesse contexto de crise que deve ser avaliada a falência de alguns operadores florentinos e também de Giovan Battista Rovellasca. A bancarrota de Filipe II em 1596 determinou, através da promulgação de um decreto régio, a suspensão do pagamento de juros. A falta de liquidez, derivada desta medida régia, e o encerramento, no primeiro dia, da feira de câmbio de Novembro de 1596, produziram efeitos negativos nos circuitos financeiros. Os negócios pararam e Carlo Velluti, impossibilitado de pagar as letras de câmbio, arriscava ser preso<sup>64</sup>. No entanto, foi-lhe concedida a autorização para se encontrar com o seu associado, Cristóvão Aldana, em Castela. Em Agosto de 1597 o decreto relativo à suspensão dos pagamentos ainda vigorava e, além de mais, a peste grassava na capital portuguesa, obrigando os homens de negócios a afastarem-se da cidade e a deslocarem-se para os arredores, Carnide, Odivelas, Loures, Santo Antonio do Tojal, Seixal, Montijo, entre outras localidades. A cidade de Lisboa vai-se despovoando até Abril de 1599, altura em que a situação sanitária parece melhorar.

Entretanto, em Setembro de 1598, ocorre o falecimento de Filipe II e ao dar a notícia da morte do rei de Castela ao Senado da Sereníssima, o embaixador veneziano em Madrid, Francesco Soranzo, refere que a coroa somava uma dívida de “cento *millioni d’oro*”<sup>65</sup>. A desconfiança era generalizada, em 1601 era “(...) *impossible d’arranger les affaires de Carlo Velluti (...)*”<sup>66</sup>, e a falência do mercador florentino afectou bastante o círculo comercial lisboeta<sup>67</sup>.

No que diz respeito à situação diplomática, as relações entre Florença e Castela estavam a sofrer uma inflexão devido à mudança da estratégia política do grão-duque Ferdinando I, que visava alcançar a autonomia face à hegemonia castelhana e formar “(...) *una red de contactos com otros estados europeos de primer orden (...)*”<sup>68</sup>. A tensão nas relações entre Florença e Madrid só se vai diluindo em 1604 após a morte de D. Pietro de’ Medici, irmão de Francesco I e de Ferdinando I. Foi em 1604, quando as relações entre Florença e Filipe III estavam a tornar-se mais desanuviadas, que o grão-duque Ferdinando I escreve para que “(...) *i Chiarissimi Magistrati e stimati Consiglieri, che amministrano la giustizia di qualunque ordine, che per nostro rispetto e grazia voglino fare à detto Carlo Velluti il favore convenevole come per il suo onore, ed utile perché tutto il favore che li si farà perpetuamente ne avremo memoria (...)*”<sup>69</sup>.

<sup>64</sup> Cf. J. Gentil da SILVA, *Stratégie des Affaires...* cit., pp. 165 e ss.

<sup>65</sup> J. Teixeira Marques de OLIVEIRA, *Fontes Documentais...* cit., p. 686.

<sup>66</sup> J. Gentil da SILVA, *Stratégie des Affaires...* cit., p. 70.

<sup>67</sup> Cf., *idem*, p. 222.

<sup>68</sup> Paola VOPPINI, “Toscana y España”, *La Monarquía de Felipe III: Los Reinos*, Madrid, Instituto de Cultura, 2008, p. 1134.

<sup>69</sup> ASF, *Carte Dei*, Ms. 416, filza 51, n. 8.



Um ano depois, em 1605, é a vez de Giulio Nessi também sofrer falência e, a partir de então, como se detecta através do pagamento da taxa de ¼ por cento paga à Igreja do Loreto sobre as mercadorias vendidas, o percurso económico destes florentinos ao longo das primeiras duas décadas de 1600 é relativamente modesto. Foram, provavelmente, as dificuldades económicas que obrigaram Giulio Nessi a vender a capela de Santa Catarina, na Igreja do Loreto. Esta pertencia à sua mulher Esperanças de Cáceres desde 1582, ano da sua compra por 160.000 rs.<sup>70</sup>. A capela foi vendida a Francesco de la Corona, através de uma escritura de 20 de Abril de 1618, pela quantia de 300.000 rs.<sup>71</sup>.

Em 1619, regista-se a última presença de Raffaele Fantoni na documentação do Arquivo da Igreja do Loreto onde está registada a taxa de ¼ % que o mercador florentino pagou naquele ano e que somava 17\$140<sup>72</sup>. Giulio Nessi, que morava na Rua Larga perto da Igreja do Loreto<sup>73</sup>, pagava, neste mesmo ano de 1619, 4\$42<sup>74</sup>. Nesse ano de 1619, por ocasião da vinda a Lisboa do rei Filipe III, os italianos reúnem-se, sendo chamados pela Câmara de Lisboa juntamente com os mercadores de todas as nações e naturais do reino de Portugal, para erigirem o próprio arco triunfal. Os Italianos fizeram o arco "(...) a porta da see que tomava todo o frontespício da porta principal te chegar as torres dos sinos con tantas deuersidade de figuras como as dos melhores arcos"<sup>75</sup>.

## Redes negociais dos italianos em Lisboa (1620-1640)

O variado leque de mercadorias que os italianos comerciavam incluía também o comércio das pedras preciosas e do coral. O coral mediterrânico, proveniente principalmente de Génova e Barcelona, era muito procurado na Índia, para onde eram enviadas avultadas quantidades. Sendo um comércio rendoso, estava submetido ao monopólio régio, e, devido à preciosidade da mercadoria e à sua grande procura, o rei D. João III tinha introduzido normas relativas às taxas aduaneiras, visando facilitar a sua introdução no mercado indiano. Assim, em lugar do pagamento do 20%, estabeleceu uma taxa de 16 ducados por cada quintal de coral de primeira qualidade, de 4 ducados pelo de segunda qualidade e de 3 ducados pelo de terceira quali-

<sup>70</sup> Cf. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 6.

<sup>71</sup> Cf. ANSL, *Caixa IX*, doc. 4.

<sup>72</sup> ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 36.

<sup>73</sup> ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 10. O mercador florentino viveu, pelo menos desde 1609 até 1624, em casas arrendadas à Igreja do Loreto pagando uma renda de 25\$ cada ano.

<sup>74</sup> Cf. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 3.

<sup>75</sup> M. Lopes de ALMEIDA, *Memorial de Pero Roiz Soares*, 1953, p. 418.

dade<sup>76</sup>. Trabalhado ou em bruto, o coral era muito procurado e era frequente que mercadores particulares “(...) li fanno venire di fuori per suo conto e per li medesimo li mandano segretamente nelle Indie (...)”<sup>77</sup>.

No que diz respeito ao comércio das pedras preciosas, nomeadamente diamantes, estudos recentes evidenciam a existência de uma rede bem estruturada que juntava elementos de etnias e religiões diferentes, tendo como único objectivo o sucesso comercial<sup>78</sup>. Uma rede que tem as suas origens na expulsão dos judeus do reino de Portugal em 1496. O episódio da conversão forçada sob o reinado de D. Manuel e a instalação da Inquisição efectuada, em 1536, no reinado de D. João III, tiveram um papel fundamental na diáspora judaica portuguesa que encontra na Itália uma terra prometida. Os que preferiram fugir e não se submeter à conversão, “(...) engendraram planos criativos de fuga, saindo por Vigo, Corunha, Bilbao, la Rochelle, para Livorno, Génova, Florença, Veneza, Ferrara, Ancona e o Estado Pontifício (...)”<sup>79</sup>.

A política dos Medici em Florença apontava para agregar no seu território os judeus. A estes era garantida protecção contra os processos da Inquisição. Dois foram os momentos fundamentais deste processo de atracção dos judeus sefarditas. O primeiro ocorreu em 1549, quando o duque de Toscana, Cosimo I, concedeu privilégios aos judeus provenientes de Portugal<sup>80</sup>, garantindo-lhes protecção contra a Inquisição. O segundo momento surgiu em 1591 quando o grão-duque Ferdinando I promulgou as chamadas *Livornine* que, ao conceder privilégios a todos os mercadores, inclusive aos judeus, constituiu no porto de Livorno a maior colónia sefardita de toda a península itálica. Esta compacta comunidade mercantil sefardita no porto de Livorno mantinha relações comerciais com os italianos de Lisboa que se tornam intermediários entre os mercadores hindu de Goa, que procuravam diamantes brutos destinados a serem trabalhados, e os judeus espalhados na Europa.

<sup>76</sup> O coral de 1.ª qualidade era denominado *bianca*, o de 2ª qualidade *toro*, o de 3.ª qualidade *bastardo*. Cf. *Informazione di Giovanni dall’Olmo...* cit., p. 17.

<sup>77</sup> *Idem*, p. 18.

<sup>78</sup> Sobre o assunto cf. os estudos de Francesca TRIVELLATO, *The Familiarity of Strangers*, New Haven & London, Yale University Press, 2009; “Juifs de Livourne, Italiens de Lisbonne, Hindous de Goa. Réseaux marchands et échanges interculturels à l’époque moderne”, in *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2003/3, pp. 581-603; “Jews of Leghorn, Italians of Lisbon, and Hindus of Goa: Merchant Networks and Cross-Cultural Trade in the early Modern period”, in *Commercial Networks in the Early Modern World* (edited by Diogo Ramada Curto and Anthony Molho), Badia Fiesolana, San Domenico, 2002/2, pp. 59-89; “From Livorno to Goa and Back: Merchant Networks and the Coral-Diamond Trade in the Early-Eighteenth Century”, in *Portuguese Studies* (ed. Helder Macedo), 2000, 16, pp. 193-217.

<sup>79</sup> Elvira Cunha de Azevedo MEA, “A problemática do judaísmo (séculos XVI-XVII)”, *Inquisição Portuguesa – Tempo, Razão e Circunstância*, (coord.) Luís Filipe Barreto, José Augusto Mourão, Paulo de Assunção, Ana Cristina da Costa Gomes, José Eduardo Franco, Lisboa-São Paulo, Prefácio, 2007, p. 131.

<sup>80</sup> Sobre o assunto cf. Lucia Frattarelli FISCHER, *Vivere fuori dal ghetto-Ebrei a Pisa e Livorno (secoli XVI-XVIII)*, Torino, Silvio Zamorani Editore, 2008.

As fontes levantadas por Francesca Trivellato nos registos notariais de Amsterdão e Livorno atestam estas redes de relações em que estavam envolvidos os mercadores italianos residentes em Lisboa, encontrando, em 1623, os florentinos Francesco Morelli e o já mencionado Giacomo Tatti, genro de Raffaele Fantoni, agentes de Felipe Henriques de Amsterdão. Das disposições testamentárias de Francesco Morelli, de facto, é evidente que este mercador se dedicava ao comércio do coral que enviava para a Índia de onde recebia diamantes que exportava para Veneza<sup>81</sup>. Veja-se que a quantia entregue à Igreja pelo pagamento da taxa de ¼ por cento revela, ainda que aproximadamente, as linhas gerais do modo como se desenvolviam os negócios de Giacomo Tatti, evidenciando um crescimento nos anos em que este era correspondente com a praça de Amsterdão<sup>82</sup>. De facto, em 1625, Morelli devia à Igreja do Loreto 131\$992 rs., quantia significativamente superior às dos anos anteriores<sup>83</sup>. Casado com uma portuguesa, Simoa dos Santos, Francesco Morelli, provavelmente descendente de Benedetto e Giovanni Morelli que, no início do século XVI, trabalhavam na casa comercial de Bartolomeo Marchionni, estava também envolvido no comércio das especiarias como atesta o *Livro Mestre das Receitas e Despesas*<sup>84</sup>. Faleceu em Agosto de 1629, deixando à Igreja do Loreto um legado de 9.000 rs. de rendimento para rezarem duas Missas cada semana e para despesas de sacristia<sup>85</sup>. Por seu lado, Giacomo Tatti mantinha também negócios com os irmãos do genovês Francesco André Carrega, Simão e Inocêncio, estabelecidos em Cádis<sup>86</sup>, evidenciando uma parceria alargada em toda a península ibérica.

Entre os mercadores italianos activos na Lisboa das primeiras décadas de Seiscentos recordamos, além dos já mencionados Francesco Morelli e Giacomo Tatti, Francesco de la Corona, genovês. Casado com Clara Thomé, Francesco de la Corona morava na freguesia de S. Mamede<sup>87</sup> e tinha quatro irmãs também residentes em Lisboa. É através do testamento de uma das irmãs de Francesco de la Corona, Lucrezia de la Corona, que temos dados relativos à família deste mercador, cujo falecimento ocorreu, provavelmente, à volta de 1622, último ano de referência nas suas notícias.

Casada em segundas núpcias com o abastado mercador alemão João Filtre, Lucrezia de la Corona, moradora na freguesia de São Julião, encon-

<sup>81</sup> Cf. ANSL, *Caixa IX*, doc. 37.

<sup>82</sup> Em 1622 Jacome Tatti devia à Igreja do Loreto 225\$485 "(...) da tutto il tempo che sta in Lisbona sino al primo di novembre del 1621"; de 1621 até 1624 devia 114\$968 réis; de 1 de Janeiro 1625 até 17 de Abril 1627 devia 34&923 réis; de 17 de Abril até 19 de Agosto de 1628 devia 23\$625 réis; de 29 de Agosto até 8 de Maio 1629 devia 65\$652 réis. Cf., ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fls. 12, 13, 39.

<sup>83</sup> No quinquénio 1613-1618, a taxa paga por Morelli somava 83\$662 réis; em 1621 era de 18\$976 réis e em 1622 de 46\$110 réis. Cf. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fls. 12-13.

<sup>84</sup> Cf. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 28.

<sup>85</sup> Cf. ANSL, *Caixa XV*, doc. 16.

<sup>86</sup> ANTT, *Habilitações do Santo Ofício*, Maço 4, 192.

<sup>87</sup> Cf. ANSL, *Caixa IX*, doc. 4.

trando-se doente, redige, a 20 de Outubro de 1626, o seu testamento<sup>88</sup>. Nesta altura o irmão Francesco já tinha falecido, tendo sido enterrado em hábito franciscano na Igreja de Nossa Senhora do Loreto. Sabemos que o património de Lucrezia de la Corona, além de dinheiro líquido, constava também de algumas casas situadas na Rua de Lemos da dita freguesia e que valiam 20.000 rs. Os rendimentos destas casas deviam ser usufruídos pelo marido, enquanto este estivesse vivo, devendo depois serem entregues à capela de S. Bartolomeo da Igreja de São Julião. Lucrezia de la Corona tinha um filho do matrimónio anterior, Júlio de Moura, casado e com uma filha, de seu nome Lucrezia a quem a avó deixara 50.000 rs. A maior parte da herança foi entregue a uma das irmãs de Lucrezia de la Corona, Caterina de la Corona, que tinha casado, em 1601, com João Mendes e que vivia na freguesia de Santa Justa. As notas testamentárias revelam que Caterina de la Corona tinha contraído um empréstimo a João Filtre, cunhado dela, de 169.000 rs. dos quais lhe foram quitados 100.000 rs. Para além disso, Caterina recebeu mais 30.000 rs. da herança. Aos dois sobrinhos, filhos de Caterina, Luísa e Francisco, foram entregues 50.000 rs. cada um.

Tal como o irmão, Lucrezia de la Corona exprimiu o desejo de ser sepultada, em hábito franciscano, na Igreja de Nossa Senhora do Loreto, à qual deixou 10.000 rs. de esmola.

Estas breves anotações sobre a família de Francesco de la Corona confirmam a vasta rede de relações que os italianos mantinham na capital portuguesa, onde era usual celebrarem casamento quer com naturais do reino quer com membros pertencentes a grupos de outras comunidades estrangeiras. No entanto, as ligações destes mercadores mantinham-se sempre fortes com a família de origem. Avaliando os pagamentos de  $\frac{1}{4}$  por cento à Igreja do Loreto podemos concluir que os negócios de Francesco de la Corona atestam um discreto volume, podendo contar com o apoio do cunhado, o mercador alemão “privilegiado”<sup>89</sup> João Filtre, e com o facto de se ter tornado procurador dos Giunti de Veneza que, como já adiantámos, tinham interesses na Península Ibérica.<sup>90</sup> Francesco de la Corona, entre Janeiro de 1615 e Setembro de 1619 devia à Igreja 475\$680 rs. e entre Setembro 1619 e Setembro 1621 devia 142\$216 rs.<sup>91</sup> No entanto, uma importante inflexão nos seus rendimentos é evidente no pagamento relativo aos negócios de 1621 que atingia 45\$936 rs.<sup>92</sup>

O mesmo percurso verifica-se nos negócios do veneziano Jacome Quisali, tesoureiro da Confraria de S. Carlo e Santa Francisca Romana.

---

<sup>88</sup> Cf. ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, L. 16, n. 76.

<sup>89</sup> *Idem*.

<sup>90</sup> Paolo CAMERINI, *Annali dei Giunti, Venezia*, Firenze, Sansoni Antiquariato, 1963, vol. I, parte II, p. 220.

<sup>91</sup> Cf., ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 13.

<sup>92</sup> Cf., *idem*, p. 45.

Morador no Corpo Santo, Jacome Quisali recebeu, através de Pero Gonçalves e Francisco Nogueira, tripulantes do navio Conceição da armada de 24 de Março de 1602, aljofre de botica e almíscar<sup>93</sup>. O volume negocial deste mercador impunha, pelo período entre 30 de Abril de 1615 e Setembro 1619, um pagamento de 305\$983 rs. relativo a ¼ por cento devido à Igreja de Loreto. Uma forte inflexão verifica-se no pagamento efectuado a 20 de Março de 1622, relativo ao ano de 1621, em que paga apenas 8\$288 rs.<sup>94</sup>. Assiste-se a uma pequena retoma nos anos seguintes, considerando que pelos negócios desenvolvidos entre 17 de Junho 1621 até 6 de Abril 1624 o pagamento da taxa à Igreja somava 156\$937 rs.. De 6 de Abril 1624 até 6 de Maio de 1625 Jacome Quisali paga 39\$885 rs.<sup>95</sup>, enquanto que de 24 de Abril de 1625 até 10 de Maio de 1627 encontramos Gio Batta Quisali que paga 90\$506 rs.<sup>96</sup>.

O quinquénio de 1618-1623 foi, no que diz respeito à economia do reino de Portugal, algo problemático. A perda de Ormuz em 1622 provocou uma contracção das operações comerciais no Índico. No Atlântico, a momentânea descida do preço do açúcar dava alarmantes sinais de crise do comércio com o Brasil. As dificuldades económicas em que o governo filipino se debatia, eram também sentidas entre o grupo de mercadores italianos. A percepção da crise transformou-se muito cedo em realidade com a perda de posições importantes do império português. A ocupação de Bahia por parte dos holandeses, apesar de ser efémera, obrigou a mais um esforço financeiro da já exausta fazenda real<sup>97</sup>. Faltava também o dinheiro para aprestar as armadas da Índia e o rei viu-se constrangido a vender padrões de juro da fazenda real. A ocupação holandesa de Pernambuco em 1630 fomentou a introdução de medidas, por parte do Conde Duque de Olivares, visando financiar a defesa do Brasil. Uma ordem do governo de 6 de Fevereiro de 1631 mirava recolher 100.000 crusados “(...) para principiar a fabrica da armada(...)”<sup>98</sup> na restauração de Pernambuco. Tal quantia devia ser recolhida “por venda de juros do real dagua, que fizessem a dita contia, e que para isso pasasse S. M.de prouisão, para se uenderem de 16 até 20 o milhar”<sup>99</sup>. O veneziano João Baptista Quisali, na altura provedor da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, Domenico Micone e Paulo Valerio, também oficiais da dita igreja, tendo conhecimento da venda do dito juro, notificaram ao Senado da Câmara da Cidade de Lisboa que queriam comprar “(...) quinze mil reis do dito iuro nas ditas maiorias do que trece a vinte milhar pagos na imposição do real dagoa a retro aberto na forma do dito alvará de Sua Mag.de o qual

<sup>93</sup> Artur Teodoro de MATOS, *Na Rota da Índia*, Instituto Cultural de Macau, 1994, p. 246.

<sup>94</sup> Cf., ANSL, *Livro Mestre das receitas e Despesas*, p. 45.

<sup>95</sup> Cf. idem, p. 12.

<sup>96</sup> Cf. idem, *ibidem*.

<sup>97</sup> Cf., Alvará régio de 16 de Fevereiro de 1624, in E. Freire de OLIVEIRA, *Elementos...* cit., III, p. 85.

<sup>98</sup> Idem, p. 411.

<sup>99</sup> Idem, *ibidem*.

iuro compravão para missas da capella que na dita Igreja de nossa Senhora do Loreto deixava Gaspar Fernandes Ferrador(...)”.<sup>100</sup> A escritura da compra dos quinze mil reis de juro foi lavrada a 16 de Janeiro de 1631<sup>101</sup>.

De Domenico Micone temos notícias desde 1622 quando desempenhava funções de escrivão na Igreja de Nossa Senhora do Loreto. O mesmo cargo foi-lhe atribuído em 1629 e 1630<sup>102</sup>, enquanto que, em 1631 e 1632, exerceu funções de mordomo<sup>103</sup>. Sobrinho de Nicolao Micone, mercador genovês que irá alcançar um grande sucesso económico na segunda metade de Seiscentos, Domenico Micone, após uma permanência em Lisboa – morava na Rua da Barrera freguesia de Nossa Senhora do Loreto – tornou-se cónego da Sé de Braga. Em Lisboa tinha exercido algum comércio, como demonstra o pagamento de ¼ por cento<sup>104</sup>. Domenico Micone deve ter falecido entre 1671, ano em que foi redigido o testamento de Nicolao Micone onde Domenico ainda estava contemplado como herdeiro, e 1674, ano da morte de Nicolao Micone. De facto, no inventário dos bens pertencentes a Nicolao aparece um legado que lhe foi deixado pelo sobrinho Domenico, nomeadamente as casas que possuía em Lisboa na freguesia de Nossa Senhora do Loreto.

Na terceira década de Seiscentos, as redes negociais tecidas pelos mercadores italianos em Lisboa, apesar de não alcançarem a amplitude e a pujança de meados do século XVII, apresentam, no entanto, um discreto sucesso. É nesta altura que surgem nomes de famílias italianas que, após um início algo decepcionante, desenvolverão negócios extremamente lucrativos na segunda metade de Seiscentos.

A colaboração com os genoveses residentes na corte madrilena continua muito activa e, não obstante a estratégia do Conte Duque de Olivares em tentar afastar os genoveses, a sua influência mantém-se vigorosa o que não podia não assegurar benefícios aos genoveses em Lisboa. Os grandes banqueiros genoveses em Madrid da quarta década de Seiscentos, Carlo Strata, Ottavio Centurione, Luigi e Benedetto Spinola, Alessandro e Gio Luca Pallavicini, Lelio e Giovanni Stefano Invrea podiam contar com “agentes” de confiança em Lisboa. Entre estes banqueiros, Gio Luca Pallavicini<sup>105</sup>, activo na corte madrilena desde o início de Seiscentos, solicita, em 1635, o sobrinho Paolo Gerolamo Pallavicini a participar nos *asientos* para entrar em relação com Carlo Strata, que, na altura, ocupava um lugar importante enquanto banqueiro do rei e homem de confiança do Conde Duque de Olivares. Como testemunho da proximidade e das óptimas relações que cor-

<sup>100</sup> ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 41.

<sup>101</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>102</sup> Cf., ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 84.

<sup>103</sup> Idem, fls. 87, 92, 97.

<sup>104</sup> Em 1621 Domenico Micone tinha pago à Igreja 4\$ e, em 1623, 20\$. Idem, fls. 45 e 50.

<sup>105</sup> As notícias relativas a Gian Luca e Paolo Girolamo Pallavicini são extraídas do texto de Claudio MARSILIO, *Dove il Denaro fa Denaro. Gli operatori finanziari genovesi nelle fiere di cambio del XVII secolo*, Novi Ligure, Città del Silenzio, 2008, pp. 151 e ss.

riam entre o banqueiro genovês e a corte madrilena referimos a sumptuosa festa que Carlo Strata organizou em 1637 na sua residência na calle de San Jerónimo em que foram convidados Filipe IV e o Conde Duque de Olivares. O banqueiro genovês, além de suportar os onerosos custos do evento, ofereceu ao rei alguns dos preciosos objectos que decoravam a sua casa e que, a partir daquela altura, passaram a ornamentar o Palácio del Buen Retiro<sup>106</sup>.

Manifestando alguma perplexidade e receio devido aos pesados empréstimos concedidos à coroa e à notória hostilidade que o Conde Duque de Olivares mantinha em relação aos genoveses, Paolo Girolamo Pallavicini aconselha o tio a seguir uma atitude cautelosa, recordando que, na altura da bancarrota de 1627, Carlo Strata tinha reembolsado os Pallavicini com juros, em lugar de dinheiro líquido, causando perdas importantes. Na correspondência de Paolo Girolamo Pallavicini com o tio é evidenciada uma importante rede de correspondentes nas principais praças internacionais. No que diz respeito à praça de Lisboa, eram correspondentes dos Pallavicini os genoveses Gio Ambrogio Salvago em 1628<sup>107</sup> e, entre os anos 1636-1638<sup>108</sup>, Gio Batta e Bartolomeo Laviosa que lhes forneciam o açúcar. Esta mercadoria, juntamente com a lã, eram, segundo as palavras de Gio Luca Pallavicini, as únicas mercadorias com que se podia esperar “(...) fare arbitrio di somma considerabile”<sup>109</sup>. Nestes mesmos anos, os irmãos Laviosa mantinham, juntamente com Francesco Bresciani, oriundo de Brescia, e Nicolao Micone, interesses no comércio com a Índia<sup>110</sup>. Embora apresentados como mercadores com um volume de negócios pouco importante<sup>111</sup>, verifica-se, no entanto, que o pagamento da taxa à Igreja se enquadrava dentro da média<sup>112</sup>.

Os irmãos Laviosa, assim como o genovês Antonio Maria Conti Ventimiglia, estavam envolvidos no comércio do açúcar e especiarias, “Pepi e Cannelle”<sup>113</sup>, que enviavam de Lisboa para serem vendidos na cidade de

---

<sup>106</sup> Cf. Manuel HERRERO SANCHEZ, “Génova y el sistema imperial hispánico”, *La Monarquía de las naciones – Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España* (ed.)- A. Alvarez-Ossorio Alvaríño y B. J. García García, Fundación Carlos Ambers, 2004, p. 544.

<sup>107</sup> Cf., Archivio Durazzo Giustiniani Genova, *Archivio Pallavicini*, ramo primogenito, registro 303, copialettere di Paolo Gerolamo I Pallavicini, “lettere che si scrivono in Spagna per conto di sigurtà (1628-1634)”. Agradeço o Doutor Marsilio pela informação.

<sup>108</sup> Cf. Claudio MARSILIO, “Nel XVII secolo dei genovesi. La corrispondenza commerciale di Paolo Gerolamo Pallavicini nel triennio 1636-1638”, *Storia Economica*, Anno VIII, n. 1, 2005, p. 105. Agradeço o Doutor Marsilio por me ter disponibilizado informações por ele encontradas no Archivio Durazzo Giustiniani de Génova.

<sup>109</sup> Carta enviada ao sobrinho Paolo Girolamo Pallavicini de Madrid a 8 de Abril de 1634. Archivio Durazzo Giustiniani Genova, *Archivio Pallavicini*, ramo primogénito, busta 220.

<sup>110</sup> ANSL, *Documento Avulso*, Masso I.

<sup>111</sup> ASG, *Giunta di Marina*, Consoli, filza 3.

<sup>112</sup> Ao confrontarmos os rendimentos do ano de 1638, verificamos as seguintes quantias: Carrega e Micone 40\$ e 19\$; Giobatta Laviosa 30\$; Francesco Bressani 40\$; Marco Aurelio Martini 10\$; Francesco Mora 12\$; Antonio Maria Conti 4\$; Stefano Ruggero 1\$600. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 103.

<sup>113</sup> ANSL, *Caixa I*, doc. 21, Carta de Pelegro Peretti a Antonio Maria Conti de 17 de Dezembro de 1641.

Génova e noutras. Em Génova, o agente deles, Pelegro Peretti, encarregava-se de receber, controlar e distribuir a mercadoria e, por sua vez, enviava de Génova corais, laços de seda, telas e tecidos que o próprio filho produzia. A quantidade e qualidade dos negócios dos irmãos Laviosa não se compararam, porém, com a fortuna alcançada pelo sócio deles, o acima mencionado Nicolao Micone, que, com o companheiro e amigo Franco André Carrega, se torna num rico e respeitável homem de negócios na capital portuguesa da segunda metade de Seiscentos. Muitas das notícias acerca de Nicolao Micone, nos são proporcionadas pelo irmão Bartolomeo residente em Génova que apresenta Nicolao num documento de 1647 como sendo um homem amante da paz e tranquilidade, residente em Lisboa há mais de 25 anos, (desde 1621, mais ou menos). O êxito de Nicolao Micone ocorre a partir da quarta década de Seiscentos com a chegada a Lisboa de Francisco André Carrega vindo de Cádiz para tomar o lugar do irmão Inocêncio. A família genovesa dos Carrega encontrava-se espalhada pela Península Ibérica, vivendo entre Génova, Cádiz, Sevilha e Lisboa. Até ao ano de 1631 temos notícias de Inocêncio Carrega em Lisboa onde trabalhava juntamente com outro genovês, Alberto Savignone, mantendo, no entanto, relações comerciais com os irmãos em Cádiz. Podemos supor que a vinda de Francisco André Carrega para Lisboa seja datada de 1631, sendo este o último ano em que se encontra registado o pagamento de Inocêncio Carrega da taxa de ¼% à Igreja do Loreto.<sup>114</sup> A data de 1631 é corroborada também pela afirmação de Antonio Maria da Conti Ventimilha que, em 1636, dizia conhecer Francisco André há 4 ou cinco anos, ou seja, na altura em que este tinha chegado a Lisboa. Em 1636 Francisco André Carrega torna-se familiar do Santo Ofício na senda dos irmãos Simão e Inocêncio, familiares do Santo Ofício em Cádiz, e do irmão Marco Antonio familiar do Santo Ofício em Sevilha. Nicolao Micone e Francisco André Carrega trabalharam e viveram juntos a vida inteira nas casas sobre o Muro dos Cubertos na freguesia dos Mártires. Enriqueceram notavelmente na segunda metade de Seiscentos, criando uma rede comercial que ligava a Europa ao resto do mundo.

## Conclusão

A riqueza de fontes inéditas patenteia momentos ainda inexplorados dos sessenta anos da dominação filipina que merecem um aprofundamento no intuito de iluminar este período da história portuguesa.

A importância de alguns mercadores italianos que, no último quartel de Quinhentos, aparecem como sendo actores importantes de sociedades mercantis ou/e detentores de contratos régios determinantes para o erário régio, é indiscutível.

---

<sup>114</sup> Cf. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 88.



Actuantes na capital portuguesa vindos de Espanha, onde gozavam de benefícios e eram estimados na corte madrilena, estes mercadores mantiveram os privilégios em terra portuguesa onde o rei, Filipe II de Castela, lhes tinha mantido a possibilidade de tomar conta dos contratos mais lucrativos. Tratava-se de membros de famílias cuja reputação era bem conhecida pelo rei Filipe II, uma reputação construída através de um percurso de vida em que a honra familiar, a transparência nos negócios e, sobretudo, a solidez financeira, constituíam factores determinantes. No caso específico de Stefano Lercaro, a sua reputação gozava de uma mais valia, exercendo este mercador o cargo consular da nação genovesa.

De facto, a falta de embaixadores das diferentes “nações” italianas – nação florentina, genovesa, veneziana, etc. – em Lisboa fez com que a corte madrilena, onde residiam os respectivos embaixadores, fosse ponto de referência para os mercadores que quisessem entrar em negócios, obrigando-os a repetidas deslocações que tinham a vantagem de os pôr em contacto frequente com o vizinho castelhano. É também verdade que sempre houve relações entre mercadores italianos “estantes” em Lisboa e em Espanha. Famílias com membros espalhados nos pontos comercialmente mais activos da Península Ibérica mantinham relações intensas entre si, membros de uma mesma família tinham negócios em Lisboa e em território espanhol, uma modalidade caracterizadora deste grupo de estrangeiros.

Uma vez que a Península Ibérica se torna território da coroa hispânica, a movimentação e o relacionamento destes mercadores sob o mesmo rei intensifica-se apesar de os dois países, Espanha e Portugal, assim como se releva da correspondência mercantil e diplomática, continuarem a permanecer distintos na mentalidade prática destes mercadores.

Do ponto de vista negocial, o novo espaço ibérico apresentava uma acrescida oportunidade comercial. Caso emblemático, que pode ser aplicado a outras famílias, nomeadamente às citadas famílias dos Fantoni, Micone, Salvago, Spínola, Centurione, entre muitas outras, é o da conceituada família genovesa dos Carrega. Inocêncio Carrega veio de Cádis para Lisboa, cidade onde ficou alguns anos. Regressa a Cádis depois de ter deixado o que tinha construído nas mãos do irmão Francisco André Carrega que, na segunda metade do século XVII, se torna num potente homem de negócio.

## Bibliografia

### Obras gerais:

ALBÉRI, Eugenio, *Le Relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato durante il secolo decimosesto*, Firenze, tomo XV, 1863, p. 14.

ALESSANDRINI, Nunziatella, *Os Italianos na Lisboa de 1500 a 1680: das hegemonias florentinas às genovesas*, Tese Doutoramento, 2010, 2 vols. (texto policopiado).

- ALMEIDA, M. Lopes de, *Memorial de Pero Roiz Soares*, 1953 incompleta a citação.
- BOYAJIAN, James C., *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore and London, The John Hopkins University Press, 1993.
- CAMERINI, Paolo, *Annali dei Giunti, Venezia*, Firenze, Sansoni Antiquariato, 1963.
- CANOSA, Romano, *Banchieri genovesi e sovrani spagnoli tra Cinquecento e Seicento*, Roma, SAPERE, 2000, 1998.
- CARNEMOLLA, Stefania Elena, *Fonti italiane dei secoli XV-XVII sull'espansione portoghese*, Pisa, 2000.
- COELHO, António Borges, *Quadros para uma viagem a Portugal*, Lisboa, Caminho, 1986.
- COSTA, Leonor Freire, *Império e Grupos Mercantis – Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- DE LUCA, Giuseppe, *Commercio del denaro e crescita economica a Milano tra Cinquecento e Seicento*, Milano, Il Polifilo, 1996.
- DEMOULIN, Louis, “Le Portugal, son économie et son trafic d’outre-mer vers 1600, vus par le Florentin Raffael Fantoni”, *Bulletin de l’Institut Historique Belge de Rome*, Bruxelles-Rome, fascicule XLIV, 1974, pp. 157-173.
- DENUCÉ, J., *Inventaire des Affaitadi Banquiers Italiens a Anvers de l’année 1568*, Anvers-Paris, 1934.
- FRATTARELLI FISCHER, Lucia, *Vivere fuori dal ghetto-Ebrei a Pisa e Livorno (secoli XVI-XVIII)*, Torino, Silvio Zamorani Editore, 2008.
- FUSARO, Maria, *Reti commerciali e traffici globali in età moderna*, Roma-Bari, Laterza, 2008.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, Lisboa, Editorial Presença, 2.<sup>a</sup> ed., vols. I-IV.
- HERRERO SANCHEZ, Manuel, “Génova y el sistema imperial hispánico”, in A. Alvarez-Ossorio Alvaríño y B. J. García García (ed.), *La Monarquía de las naciones – Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*, Fundación Carlos Amberes, 2004, pp. 529-562.
- KELLENBENZ, Hermann, “I Borromeo e le grandi casate mercantili milanesi”, *S. Carlo e il suo tempo – Atti del Convegno Internazionale nel IV Centenario della morte – Milano 21-26 Maggio 1984*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1986, pp. 805-835.
- MARSILIO, Claudio, *Dove il Denaro fa Denaro. Gli operatori finanziari genovesi nelle fiere di cambio del XVII secolo*, Novi Ligure, Città del silenzio, 2008-
- MARSILIO, Claudio, “Nel XVII secolo dei genovesi. La corrispondenza commerciale di Paolo Gerolamo Pallavicini nel triennio 1636-1638”, *Storia Economica*, Anno VIII, n. 1, 2005, pp. 101-119.
- MATOS, Artur Teodoro de, *Na Rota da Índia*, Instituto Cultural de Macau, 1994.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo, “A problemática do judaísmo (séculos XVI-XVII)”, in Luís Filipe Barreto, José Augusto Mourão, Paulo de Assunção, Ana Cristina da Costa Gomes e José Eduardo Franco (coord.), *Inquisição Portuguesa – Tempo, Razão e Circunstância*, Lisboa-São Paulo, Prefácio, 2007, pp. 131-141.

- OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- , *Fontes Documentais de Veneza Referentes a Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- Peragallo, Prospero, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*, Genova, 1907.
- PRESTAGE, Edgar e D'AZEVEDO, Pedro, *Registo da Freguesia da Sé desde 1563 até 1610*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, vol. I.
- , *Registo da Freguesia de Santa Cruz do Castello desde 1563 até 1628*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, vol. I.
- RAU, Virgínia “Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi”, *Estudos Italianos em Portugal*, 24, 1965, pp. 3-35.
- REGO, António da Silva, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, vol. IX, 1996.
- RUIZ, Martin Felipe, *Pequeño Capitalismo, Gran Capitalismo – Simón Ruiz y sus negocios en Florencia*, Barcelona, Editorial Critica, 1990.
- SASSETTI, Filippo, *Lettere da vari paesi*, (org.) Vanni Bramanti, Milano, Longanesi, 1970.
- SILVA, José Gentil da, *Marchandises et Finances – Lettres de Lisbonne 1563-1578*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1961.
- , *Stratégie des Affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607 – Lettres Marchandes*, Paris, Librairie Armand Colin, 1956.
- TENENTI, Alberto, “Luc’antonio Giunti il giovane stampatore e mercante”, *Studi in Onore di Armando Saporì*, 1957, vol. II, pp. 1021-1060.
- TRIVELLATO, Francesca, *The Familiarity of Strangers*, New Heaven & London, Yale University Press, 2009.
- , “Juifs de Livourne, Italiens de Lisbonne, Hindous de Goa. Réseaux marchands et échanges interculturels à l’époque moderne”, in *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2003/3, pp. 581-603.
- , “Jews of Leghorn, Italians of Lisbon, and Hindus of Goa: Merchant Networks and Cross-Cultural Trade in the early Modern period”, in *Commercial Networks in the Early Modern World* (edited by Diogo Ramada Curto and Anthony Molho), Badia Fiesolana, San Domenico, 2002/2, pp. 59-89.
- , “From Livorno to Goa and Back: Merchant Networks and the Coral-Diamond Trade in the Early-Eighteenth Century”, in *Portuguese Studies* (ed. Helder Macedo), 2000, 16, pp. 193-217.
- VERLINDEN, Charles “La colonie italienne de Lisbonne et le developpement de l’économie metropolitain et colonial portugaise”, *Studi in onore di Armando Saporì*, Firenze, 1956, vol. I, pp. 615-628.
- VOLPINI, Paola, “Toscana y España”, *La Monarquía de Felipe III: Los Reinos*, Madrid, Instituto de Cultura, 2008, p. 1134.

**Fontes Manuscritas:**

Archivio Durazzo Giustiniani Génova:

*Archivio Pallavicini*, 220, 303

AHU (Arquivo Histórico Ultramarino):

*Índia*, caixa 323.

*Relação das nãos e galeões que forão em direitura para Malaca*, Ms. 143.

ANSL (Arquivo Igreja Nossa Senhora do Loreto Lisboa):

*Livro Mestre das Receitas e Despesas*.

*Livro dos Treslados das escripturas de compras (1634 a 1790)*.

*Caixa I*, doc. 21.

*Caixa IX*, docs. 4, 37.

*Caixa XV*, doc. 16.

*Masso I*, documento avulso.

ANTT (Arquivo Nacional Torre do Tombo):

*Habilitações do Santo Ofício*, Maço 4, 192.

*Registo Geral de Testamentos*, Livro 16, 76.

ASF (Archivio di Stato di Firenze):

*Mediceo del Principato*, 683, 684, 689, 2080.

*Carte Dei*, 416.

ASG (Archivio di Stato di Genova):

*Archivio Segreto*, 2659.

*Giunta di Marina*, Consoli.

BNL (Biblioteca Nacional de Lisboa):

*Fundo Geral*, cód. 637.

*Pombalina*, 644.